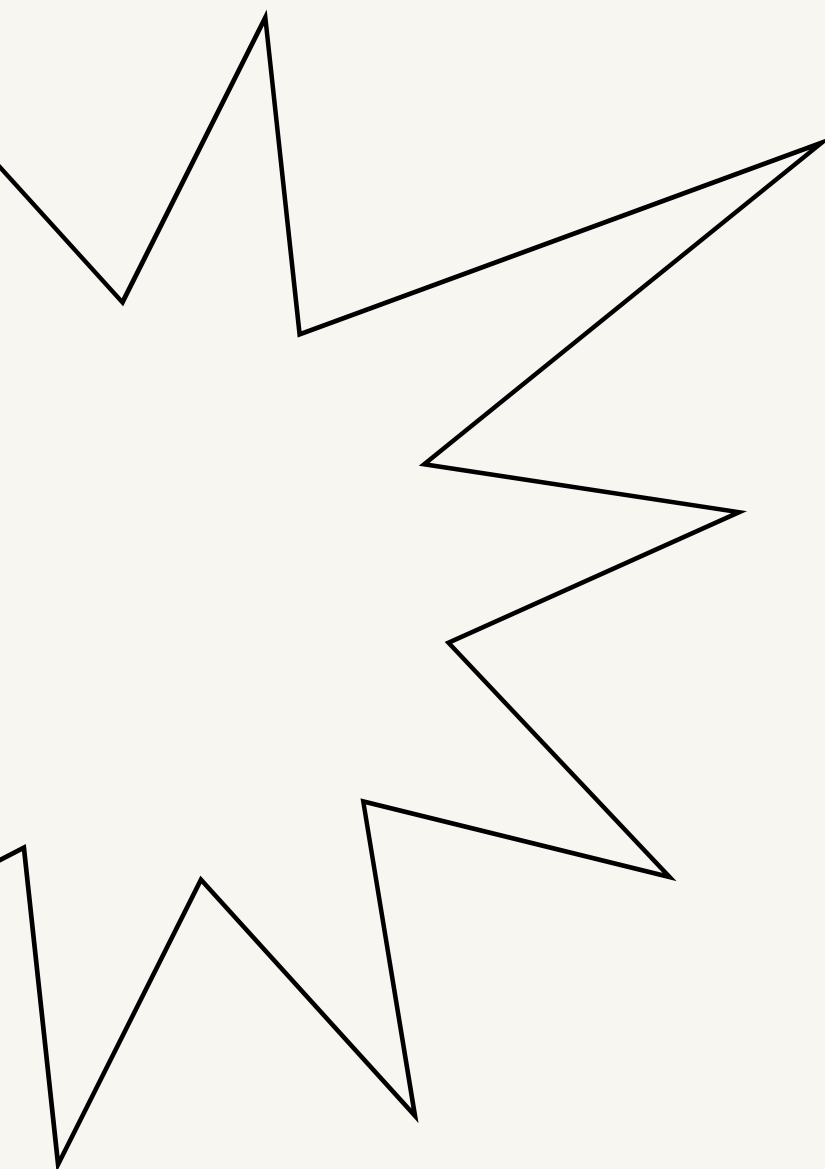


IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR*

RIVANE ARANTES**



Nesse nosso mundo, que só se mantém de pé às custas da exploração e opressão diária das pessoas que vivem de seu trabalho independente se esse trabalho é com carteira assinada ou na informalidade, com o agravante de que ambos estão em condição de precariedade hoje. Eu preciso começar lembrando que é a vida de nós, mulheres, sobretudo as racializadas e empobrecidas, que são transformadas em zonas de sacrifício para manter o lucro e o enriquecimento das elites deste país e, sobretudo deste estado, não por acaso um dos mais desiguais do Brasil.

Então, se o trabalho produtivo é importante para a sobrevivência de todas as pessoas, inclusive daquelas que não trabalham, porque não podem ou porque são herdeiras e proprietárias, quero reiterar que é o trabalho na reprodução social, ou seja, o trabalho doméstico e de cuidados, majoritariamente realizado por nós mulheres, o que sustenta este mundo!

*Texto transcrito da intervenção de Rivane Arantes na Audiência Pública da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular organizada pela presidenta Deputada Estadual Dani Portela (PT) e intitulada “Implementação da política nacional de cuidados no estado de PE” realizada no dia 11 de junho de 2026 na ALEPE.

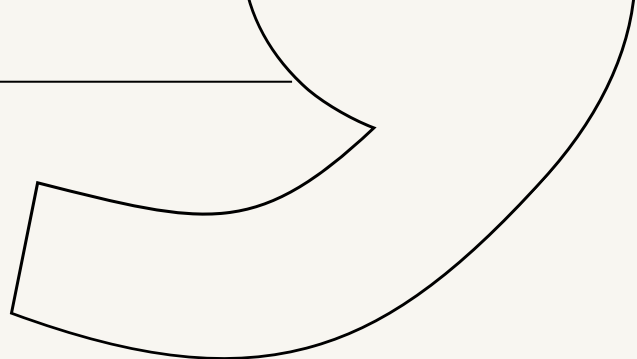
**Rivane Arantes é educadora do SOS Corpo, militante da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e do Fórum de Mulheres de Pernambuco/AMB. É mestra em Direitos Humanos pela UFPE.

Sem roupa lavada, sem comida no prato e na hora, sem os ambientes e pessoas limpas, sem água para todos os cuidados (como bem dizem as camponesas e agricultoras), sem a lida dos afetos e humores no cotidiano das relações familiares, sem o suporte para aquelas pessoas que - mesmo não sendo dependentes - precisam de algum grau de apoio, sem a gestão da escassez e da pobreza, muitas vezes a força de trabalho não estaria pronta para o trabalho às segundas-feiras.

Então, sem o cansaço doméstico das mulheres, produto desse trabalho intenso, trabalhadoras e trabalhadores não poderiam se submeter à escala 6x1 a partir da segunda-feira ou do primeiro dia da semana, já que para quem trabalha nessa escala, o primeiro dia pode não ser a segunda. As segundas, terças, quartas e outras feiras equilibradas, dependem do cuidado com a reprodução social que nós mulheres realizamos como obrigação exclusiva e, nos nossos “tempos livres da produção”.

Se os agentes deste sistema – o Estado, as empresas, o mercado e os homens – se beneficiam desse nosso trabalho, se ele não funciona sem esse outro trabalho, que é desvalorizado, invisibilizado e não ou mal remunerado, é fundamental, numa democracia, que o trabalho doméstico e de cuidados seja socializado por e com esses mesmos agentes.

Um passo imprescindível nesse sentido é o Estado assumir sua responsabilidade nesse compartilhamento, implementando políticas públicas várias, inclusive as de



cuidados, investindo em infraestrutura como: creches, escolas em tempo integral, lavanderias públicas, restaurantes públicos, entre outros. Mais ainda é fundamental que o Estado como um todo e, especialmente, de Pernambuco:

- Organize uma equitativa distribuição de água para os cuidados, sobretudo nas periferias e no campo, em vez de privatizar a Compesa – Companhia Pernambucana de Saneamento, ou esgotar os lençóis freáticos com a perfuração de poços artesianos para os edifícios das zonas mais caras das cidades;
- Fortaleça o SUS – Sistema Único de Saúde, especialmente nos territórios onde a população empobrecida está, ampliando e qualificando os serviços especializados, para atender as demandas específicas dos diferentes usuários e usuárias nas suas diferentes idades e circunstâncias;
- Leve a sério o princípio da laicidade do Estado e da não discriminação, investindo em educação não sexista e não discriminatória para que, dentre outras coisas, a educação ensine que os cuidados devem ser responsabilidades de todas as pessoas e não somente de nós mulheres;

-
- Proteja as escolas, os serviços de saúde e assistência das visões moralizantes, privatizantes, fundamentalistas e, até fascistas, que ameaçam e impedem o acesso de nós mulheres, população negra, LGBTQIAPN+ e a classe trabalhadora em geral, às políticas e aos direitos humanos.

Afora essas e outras iniciativas é imprescindível implicar a política econômica nessa questão, colocando a vida no centro da economia, não só para ampliar o orçamento mas para atrelar os projetos de desenvolvimento econômico ao paradigma do cuidado, sob o risco de aumentar, mais ainda, as situações de racismo ambiental e os eventos climáticos extremos, como já temos experimentado. Essas são situações que só amplificam as necessidades de cuidados da população e que continuam recaindo sobre o solitário e solidário trabalho de nós, mulheres, nos territórios atingidos em um contexto de Estado mínimo para a proteção social mas máximo para a ordem, como é o caso de Pernambuco.

Quanto mais se retira recurso da saúde e da educação mais se rouba os tempos de vida e a saúde de quem cuida, mais as mulheres são sobrecarregadas. Então, enfrentar com responsabilidade o problema da austeridade neoliberal e inverter a prioridade na lógica das políticas públicas, impedindo as privatizações e os nomes todos que elas têm (parcerias público privado, concessões, comunidades terapêuticas, etc.) dos serviços públicos é fundamental para uma política séria de cuidados.

Para nós, do movimento feminista antirracista de Pernambuco, não é suficiente ser mulher para ocupar espaços de poder! Precisamos de mulheres comprometidas com um projeto feminista de transformação, inclusive do próprio Estado. E, caminhando (in)justamente no sentido inverso disso, o Governo do Estado de Pernambuco prometeu muita coisa durante sua campanha, mas pouco entregou e menos ainda fez diferença nas vidas de nós, mulheres. E não somos somente nós que atentamos para isso, inúmeros outros sujeitos nesse estado têm acompanhado e constatado sua (in)ação. E para ilustrar elencamos apenas algumas dos compromissos não realizadas, pois prometeu:

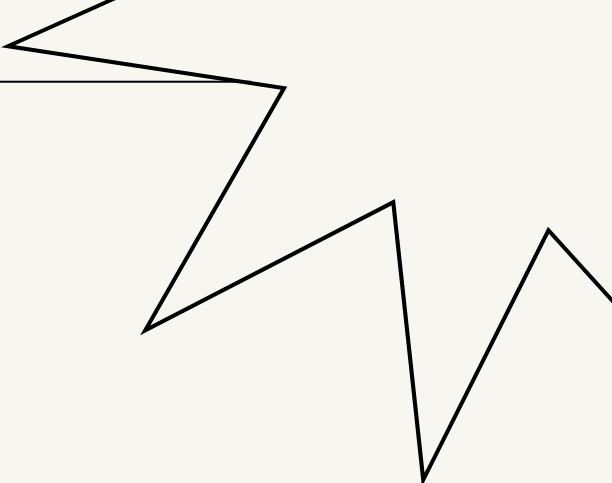
- Criar 60 mil vagas em creche, mas só entregou 2 unidades do Centro de Educação Infantil e espalhou propagandas e tapumes pela cidade no último ano de governo;
- Restaurantes populares, mas entregou cozinhas solidárias como política para enfrentar a fome, uma tecnologia importante da sociedade civil, mas que se realiza por meio do trabalho gratuito e solidário das mulheres nas comunidades, jogando nos nossos colos, novamente e, das prefeituras, a responsabilidade de garantir a segurança alimentar da população;
- Adotar regime de tempo integral a partir do 6º ano do ensino fundamental II nas escolas estaduais, mas não temos notícia oficial do quanto isso foi implementado;

- Criar transporte escolar com monitoramento por aplicativo, programa para entrega de remédio a domicílio para pessoas com dificuldade de locomoção, instituir política estadual para pessoa com transtorno do espectro autista e centros de referências, mas não temos notícia oficial sobre tais ações;
- Fez opção por uma política de trabalho baseada no empreendedorismo em vez de fomentar o trabalho decente, nos termos do que propõe os tratados celebrados pelo Brasil junto a OIT.

Então, ou o governo é ruim de propaganda, porque não encontramos informação nos sites oficiais sobre essas promessas e outras realizações (o que duvido muito dados os gastos com publicidade) ou tem alguma coisa errada, e adoraria ouvir da gestão estadual que estamos erradas.

Em vez disso, as informações são as de que o governo do estado priorizou: vender a Compesa, apesar dos pareceres técnicos apresentando o perigo dessa empreitada para os cofres públicos; gastar mais com propagandas e tapumes, porque não vemos nenhum trabalho atrás deles, em vez de obras; privilegiar comunidades terapêuticas de base religiosa e amplamente acusadas de tortura e cárcere privado; e, investir pesado no “combate ao crime” sem a sua devida correlação no fortalecimento da prevenção também.

As implicações de todas essas escolhas políticas têm sido sentidas, especialmente



por nós população negra. Os resultados apontam: além de Pernambuco ser um dos estados mais desiguais do país, segundo o IBGE, também é um dos mais letais a juventude negra, conforme Fórum Brasileiro de Segurança Pública, onde 95% das mortes de jovens pelas polícias são de negros. Não é possível que todo negro nesse estado seja “bandido” e que, mesmo “bandido”, toda política de segurança seja baseada na eliminação dos corpos. E aqui é importante lembrar que o orçamento da Secretaria das Mulheres figurava em menos de 0,1% do orçamento total do Estado, reiterando que a prioridade era mesmo manter a ordem e, não, as vidas das mulheres.

Na gestão municipal da Prefeitura da Cidade do Recife o problema é mais dissimulado, fica difícil de visibilizar porque, basicamente, só é produzida informação favorável nas mídias, parecendo que estamos numa cidade maravilhosa. No entanto, a realidade não é tão boa quanto se mostra pelo que temos acompanhando:

- Gasta-se mais com propaganda que com obras;
- Os serviços de saúde e educação seguem sem atender as necessidades do conjunto da população, sobretudo a feminina;

-
- Recife é projetada como a cidade que mais gerou vagas em creches no Brasil, e lembremos que isso só aconteceu depois de muita pressão social, inclusive com audiências públicas na Câmara de Vereadores. Mas o que se esconde é que essa implementação de creches está sendo utilizada como ferramenta para manter a base eleitoral dos gestores fidelizada, e isso não é de hoje. Já houveram muitas denúncias de que as creches são implementadas por meio de PPP (política público privada), com organizações recém criadas e ligadas a lideranças e cabos eleitorais de seu partido e aliados. Ademais, também não temos a informação do grau de execução real, considerando o tamanho do deficit;
 - Nessa mesma perspectiva da mercantilização da cidade, a gestão mantém firme a entrega da política sobre a drogadição às comunidades terapêuticas religiosas;
 - Também transparece uma grande discrepância entre o que se anuncia enquanto obras de infraestrutura, sobretudo na relação com o saneamento, e o que é efetivamente realizado e entregue a população, muito tem sido visibilizado e muitas reclamações sobre isso tem aparecido.

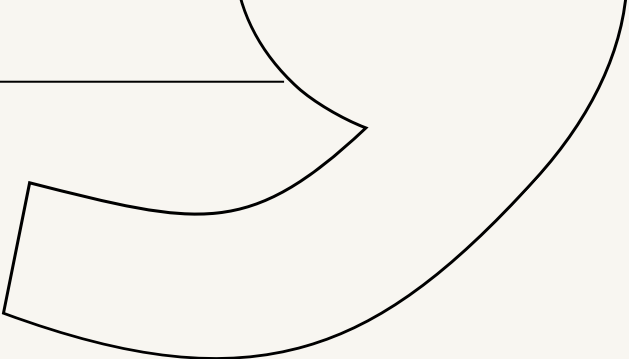
Queremos ouvir a Prefeitura e o Governo do Estado de Pernambuco sobre tudo isso e sobre como pretendem implementar a política de cuidado,

sobretudo pensando como vão garantir a participação social e o orçamento para tal, já que aderiram à política nacional.

Não é justo que nós, mulheres pernambucanas, percamos horas infindáveis nas filas dos postos de saúde esperando uma vaga ou um atendimento. Não é justo que nós tenhamos que deixar nossos filhos e filhas em casa, ou com as nossas mães idosas, ou com uma rede de amigas e vizinhas tão empobrecidas quanto nós mesmas, porque não há oferta suficiente nas creches ou nos outros equipamentos educacionais. Além disso, os horários desses espaços de cuidado são totalmente incompatíveis com os nossos horários de trabalho, com a imobilidade urbana do Recife e das principais cidades deste estado. Como é possível chegarmos às 16h ou mesmo 17h nas creches para buscar as crianças assim? Não queremos sobrecarregar as servidoras da educação, mas, quem é “mãe solo”, não tem rede de solidariedade e trabalha de plantão, viajando ou no turno noturno, faz o que com as crianças e adolescentes?

E, afora isso, como carregar tudo sozinha e não ter o mínimo de tempo para nós mesmas para estudar, trabalhar na produção, descansar, namorar ou participar das decisões sobre nossa cidade?

As políticas de cuidados são fundamentais para que nós mulheres possamos enfrentar a sobrecarga e os desafios advindos da combinação entre trabalho remunerado para sobreviver e



trabalhos domésticos e de cuidados. Mais que isso, são políticas que podem compartilhar as responsabilidades de cuidados, que hoje está todo sobre as costas de nós, mulheres, e garantir minimamente um tempo livre para que possamos viver outras dimensões da vida tão fundamentais quanto o trabalho. Porque também temos direito a ter uma vida além trabalho, só que no nosso caso, é uma vida além do trabalho reprodutivo também.

Então, sem o cansaço doméstico das mulheres, produto desse trabalho intenso, trabalhadoras e trabalhadores não poderiam se submeter à escala 6x1 a partir da segunda-feira ou do primeiro dia da semana, já que para quem trabalha nessa escala, o primeiro dia pode não ser a segunda. As segundas, terças, quartas e outras feiras equilibradas, dependem do cuidado com a reprodução social que nós mulheres realizamos como obrigação exclusiva e, nos nossos “tempos livres da produção”.

Portanto, enquanto não chega a revolução que acabará com a divisão sexual e racial do trabalho, que diminuirá a jornada de trabalho produtivo, sem reduzir a remuneração e, enquanto não mudamos o sistema capitalista, patriarcal e racista que conta com o tempo livre e o trabalho gratuito e explorado das mulheres vamos tentando estratégias de suspiros por dentro do sistema, que nos permitam minimamente respirar e acumular força para substituir a lógica da ordem e da morte, pela lógica da vida e do cuidado coletivo. Esse é o potencial das políticas públicas de cuidados!



SOS CORPO

**Instituto Feminista
para a Democracia**